

Encontro 27 de Abril

O Direito da Criança à Não-violência

Exmo Senhor Procurador-Geral Jorge Costa,

Ilustre Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Sabe bem quanto aprecio o seu trabalho e por isso é uma especial honra ter a presença de V. Ex^a neste Encontro. A nossa longa amizade de mais de 30 anos, desde que integrámos em simultâneo, o Conselho Superior do Ministério Público nos primeiros anos da década de noventa do século passado, serve apenas para reforçar as razões para a admiração e o apreço que tenho pela sua dedicação à causa pública e a sensibilidade para estas matérias tão relevantes para a nossa dignidade.

Exmo Senhor Professor Duarte Nogueira,

Ilustre Vice-Reitor da Universidade Lusíada, obrigada por nos acolher. É com enorme honra e prazer que o reencontro ao fim destes anos todos, nós que ficámos amigos logo no primeiro ano de Faculdade, antes ainda do 25 de Abril que celebrámos há dois dias. Que bom este encontro, com tão caloroso acolhimento!

Exma Senhora Dra. Maria João Fernandes,

Vice-Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos
e Protecção das Crianças e Jovens

É com imenso gosto que a saúdo, e na sua pessoa, toda a Comissão Nacional e todas as trezentas e onze Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, pois além dos nossos projectos comuns, neste mês da Prevenção dos maus tratos na infância, faz todo o sentido que nos juntemos nestas iniciativas, com o objectivo que partilhamos de tudo fazer para erradicar todo o tipo de violência da vida das crianças. Obrigada por estar connosco!

Exmo Presidente da Fundação Guido Fluri,

Foi desde o início uma parceria virtuosa, a nossa. Os objectivos da Fundação de combater a violência e lutar pelo reconhecimento e reparação pelo sofrimento das vítimas e pela sua recuperação psicológica são idênticos aos do Instituto de Apoio à Criança que há 40 anos definiu como prioridade a luta e a denúncia dos abusos físicos e sexuais. O projecto “Justice Initiative” propõe novas medidas e estabelece metas ambiciosas e por isso entendemos que seria da maior importância e oportunidade a nossa cooperação.

Fiquei ainda mais confiante quando soube que a vossa Fundação já tinha conseguido que mais de 10.000 vítimas tivessem sido compensadas. É de facto um número notável e encorajador.

Também a ideia da exposição e do livro foi brilhante. Os testemunhos são muito fortes. Devastador o sofrimento destas vítimas, que carregam a dor até aos nossos dias. É necessário que estes testemunhos cheguem ao maior número possível de pessoas. Bem-haja, Sr. Guido Fluri, pela sua dedicação e pela sua determinação!

Estimados Palestrantes, que satisfação nos deram quando aceitaram integrar os nossos painéis.

Quero agradecer desde logo ao Professor Amos Guiora, Professor de Direito da Universidade de Utah, por ter atravessado o Atlântico e decidir partilhar o seu saber construído a partir da investigação que tem levado a cabo, fundada na audição sistemática das vítimas de abuso sexual na infância e na adolescência. Vai ser muito útil e vamos beneficiar das suas pesquisas. Partilho das suas conclusões.

Agradeço também às queridas Professoras desta casa, Conceição Valdágua e Ana Sofia Gomes.

À Professora Ana Sani, um abraço muito grande, com pena de não poder ser presencial.

Obrigada também ao Ângelo Fernandes, que tanto tem contribuído para quebrar o silêncio dos homens que foram vítimas de abuso sexual quando eram crianças.

À Lúcia Saraiva e à Paula Paçó, que têm sido as nossas representantes na “Justice Initiative”, obrigada pelo vosso empenho.

Um agradecimento muito caloroso à Leonor Bragança, pelo seu entusiasmo e por estar sempre cheia de ideias para que a nossa Campanha contra os castigos corporais continue a florescer. Sabemos que é um caminho difícil, mas justamente por isso, são necessárias pessoas assim, que nunca desistem.

Finalmente, uma palavra de gratidão também à nossa Direcção, hoje aqui representada pelo nosso Secretário-geral Manuel Coutinho e a todos os nossos associados e trabalhadores que se esforçam todos os dias para que tudo dê certo.

Daqui envio palavras de reconhecimento aos nossos ilustres membros do Conselho consultivo, aqui representados pelo Sr. Conselheiro Armando Leandro, que desde o início está connosco nesta campanha.

Caros amigos, este encontro é muito oportuno e necessário e os temas da violência, agora que cada vez mais tomamos consciência da sua dimensão pandémica, têm de se impor sob pena de, na verdade, não conseguirmos ser suficientemente inteligentes e diligentes para a erradicarmos.

Neste mês de Abril, não podíamos deixar de procurar retomar este ciclo de Encontros sobre o tema, pois continuamos a ter notícia de graves lesões causadas às crianças. E se essas que são mais visíveis ainda são ignoradas, as formas que muitos ainda consideram leves, os castigos físicos, continuam a ser tolerados, o que é deplorável.

Os castigos corporais, como temos vindo a afirmar, agora de uma forma mais explícita e sistemática, constituem práticas muito negativas e perversas. E já não são apenas estudos estrangeiros que o dizem. O estudo longitudinal levado a cabo pela equipa do Professor Henrique de Barros, que foi apresentado pelo Sr. Professor no nosso II Encontro na Fundação Gulbenkian, que envolveu mais de 5 mil crianças, agora adolescentes, veio demonstrar que há alterações importantes provocadas pela segregação excessiva de cortisol que vai fazer com que tenham

sido observados maiores níveis de inflamação nas crianças que se disseram vítimas de castigos corporais frequentes.

Ou seja, se já sabíamos, através das descobertas de Elisabete Blackburne, que ganhou o prémio Nobel em 2009, que as crianças órfãs, as maltratadas, as abusadas e abandonadas, colocadas em acolhimento residencial tinham maior vulnerabilidade a doenças, em especial do foro respiratório, pois por causa do stress pós traumático, se verificava uma diminuição dos telómeros nas células, ficámos agora a saber que também estas, supostamente, vítimas de agressões mais leves, sofrem alterações sérias com influência na sua saúde e bem-estar.

Além da baixa auto-estima, da ansiedade, dos estados depressivos, dos comportamentos auto-lesivos, da ideação suicida, sabemos agora que há evidência de manifestações físicas graves, e no 38º Congresso de neuropsicopatologia, de Novembro do ano passado, foram apresentadas conclusões baseadas em pesquisas com amostras bastante extensas que falam em alterações ao nível do DNA em pessoas que em crianças foram sujeitas a uma educação restritiva e punitiva.

E que dizer da devastação, da destruição causada pelos abusos sexuais, como lhe chama o Professor Amos? Todos assistimos em Fevereiro à apresentação do Relatório sobre os abusos sexuais na Igreja Católica Portuguesa e é muito interessante verificar que todos começamos a ter noção da importância do encobridor para a perpetuação do sistema. A protecção e a segurança da vítima criança tem de ser inquestionável. Essa tem de ser a questão central e até agora assistimos de alguma forma à desvalorização dos sentimentos da criança, submetendo tudo à

defesa da instituição, o que significa a desresponsabilização do agressor, como acontece quase sempre.

Quando integrei o Conselho técnico- científico da Casa Pia de Lisboa, chegámos a essa conclusão e agora a Comissão Independente mencionou diversas vezes a ocultação que permitiu o encobrimento. Estou muito confiante nas nossas Campanhas. Houve um estudo nos Estados Unidos acerca do efeito transformador das mudanças legislativas que chegou a conclusões muito interessantes sobre as Campanhas de sensibilização. Concluiu-se que eram mais eficazes do que as alterações das leis. É por isso que o trabalho das Organizações Não Governamentais é tão relevante, mas obviamente não podemos ficar por aqui. Estamos a pensar sugerir alterações nos artigos que definem o conteúdo das responsabilidades parentais. Contamos com a Academia para nos ajudar.

Entretanto, com a Justice Initiative e com os nossos influencers por essa Europa fora, estamos a conseguir reunir assinaturas para tornar mais seguro o ciberespaço. Todos queremos uma Internet mais segura e por isso quero também mencionar o trabalho da nossa Embaixadora Francisca de Magalhães Barros que se juntou a nós nesta batalha por uma Directiva europeia que dê mais protecção e segurança às nossas crianças.

Caros amigos

Todos não somos demais para prosseguir estes combates.

Assegurar o Direito das crianças à não violência terá decerto influência na forma como elas próprias podem ver o futuro.

A normalização da violência pode gerar a ausência de empatia e de compaixão, tão necessárias ao respeito pelo outro e a sentimentos de tolerância.

A Educação é um meio poderoso para conseguir o espírito de paz, de igualdade, e fraternidade, mas para quebrarmos os ciclos de violência, temos de começar mais cedo, na família, e daí que seja indispensável tolerância zero à violência interpessoal.

Quando dizemos que deve ser nossa prioridade cuidar da criança com afecto nos primeiros anos de vida, baseamos tal afirmação em evidências científicas.

Contudo, se não formos capazes de a defender, então tem de haver mecanismos que permitam a detecção do abuso, a reparação e a sua recuperação psicológica.

Não podemos aceitar que a frase de Lloyd de Mause de que a “a História da Infância é um pesadelo do qual só agora começámos a despertar” continue a ser verdadeira e a ensombrar o futuro das nossas crianças.

Em consequência, promover medidas mais eficazes para garantir mais dignidade às crianças é fundamental para que sendo mais justo, neste mundo possamos todos ser mais felizes.

Assim saibamos nós dar voz à criança e ajuda-la a sonhar, que são afinal as causas que nos movem e que nos juntaram neste dia para que, como dizia Jorge de Sena, um grande poeta português que viveu muitos anos nos Estados Unidos, possamos cumprir a honra de estarmos vivos.

Obrigada a todos.

Dulce Rocha

